

AVANÇO DO GRANDE CAPITAL SOBRE A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL: ANÁLISE DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA AGRICULTURA CATARINENSE

*Mauricio Mulinari**

Resumo: A pequena propriedade rural é parte da formação histórica da sociedade catarinense. Apesar da dinâmica agrária nacional desde os tempos da colônia estar assentada sobre o latifúndio monocultor, o processo de implantação da agricultura na economia catarinense guardou a particularidade de se erguer sobre a base da pequena propriedade rural. Entretanto, desde a década de 40 do século XX, esta base vem sendo alterada com a incorporação do estado à dinâmica da industrialização nacional. A chamada “modernização conservadora” da agricultura brasileira vivida a partir dos anos 60 também teve seus reflexos em Santa Catarina, tendo no desenvolvimento dos frigoríficos e no modelo de integração seu pilar fundamental. Diante disso e no desenvolvimento histórico deste processo, desde os anos 80 que a dinâmica da pequena propriedade vem sendo solapada. Com base neste cenário, este artigo pretende analisar os dados do censo agropecuário de 2017, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e os comparar com as décadas anteriores. Com isso, procuraremos demonstrar com base nos dados censitários como também a última década foi de consolidação e aprofundamento da subordinação da propriedade rural catarinense aos complexos agroindustriais, com a ampliação da adequação da dinâmica econômica catarinense ao mesmo paradigma monocultor e de centralização da propriedade que domina o restante do Brasil.

Palavras-chave: Santa Catarina; Propriedade Rural; Agricultura.

ADVANCEMENT OF LARGE CAPITAL OVER SMALL RURAL PROPERTY: ANALYSIS OF STRUCTURAL CHANGES IN AGRICULTURE OF SANTA CATARINA

Abstract: The small rural property is part of the historical formation of Santa Catarina. Despite the national agrarian dynamics since the times of the colony to be seated on the monocultured latifundium, the process of implanting agriculture in the economy of Santa Catarina kept the peculiarity of being built on the basis of small rural properties. However, since the 40's of the 20th century, this base has been changed with the incorporation of the state to the dynamics of national industrialization. The so-called “conservative modernization” of Brazilian agriculture experienced since the 1960s also had its effects in Santa Catarina, with the development of slaughterhouses and the integration model its fundamental pillar. In view of this and in the historical development of this process, since the 1980s, the dynamics of small properties have been undermined. Based on this scenario, this article intends to analyze data from the 2017 agricultural census, released by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, and compare them with previous decades. With this, we will try to demonstrate, based on the census data, how the last decade was of consolidation and deepening of the

* Economista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC.

subordination of Santa Catarina's rural property to agro-industrial complexes, with the expansion of the suitability of Santa Catarina's economic dynamics to the same monoculture paradigm and of centralization of the property that dominates the rest of Brazil.

Keywords: Santa Catarina; Rural Property; Agriculture.

INTRODUÇÃO

A agricultura cumpre papel decisivo na estruturação do capitalismo no Brasil e em Santa Catarina. Desde o período colonial, o país e o estado têm na atividade agrícola um dos elementos centrais na constituição da particularidade de suas relações sociais. Desta forma, a divulgação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Censo Agropecuário de 2017 e a análise realizada pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) – comparando as informações de 2017 com os dados de décadas anteriores para Santa Catarina – são de fundamental importância para averiguar o comportamento do setor agropecuário na última década no estado.

Foi possível verificar, fato que será defendido neste artigo, a manutenção do avanço do grande capital sobre a pequena propriedade rural, consolidando na última década mudanças estruturais que já estavam em curso na agricultura catarinense desde a década de 60 e 70. A análise comparativa realizada pela Epagri/CEPA aponta claramente para o avanço da concentração da terra, a redução dos plantios tradicionais, a diminuição das agroindústrias familiares, a modernização e o ganho de produtividade associados ao monocultivo de alguns poucos produtos, a redução da força de trabalho envolvida com a atividade rural e a ampliação da relevância das rendas auxiliares para a sustentação dos pequenos agricultores familiares (seja o salário em atividades urbanas ou a renda advinda da previdência social).

Esses fatos são extremamente importantes para entendermos as transformações estruturais da agricultura catarinense que se acumulam desde os anos 60, quando do surgimento de uma nova fase agrícola no Brasil inaugurada com a chamada “modernização conservadora” da economia brasileira implementada pela ditadura militar (1964-1985). Sendo esse momento fundamental por representar a emergência dos complexos agroindustriais e do capital financeiro como novas formas de organização dos mercados rurais e de comando sobre o processo de acumulação de capital no campo (WANDERLEY, 2011).

Esta fase, no entanto, tem especificidades no caso catarinense. Ao contrário de grande parte do Brasil, a maior parte da agricultura catarinense não se desenvolveu com base no latifúndio exportador. No estado, a agricultura se deu historicamente em torno da produção de gêneros alimentícios para as regiões urbanas do mercado interno nacional, basicamente em torno de culturas tradicionais trazidas pelos imigrantes que colonizaram o sul do país. Sob esta base, já desde a década de 40 do século XX, é possível notar o surgimento dos frigoríficos, os primeiros embriões da criação dos complexos agroindustriais que se intensificariam nos anos 70 em diante (GOULARTI FILHO, 2007). Assim sendo, é nesse processo que buscaremos entender o sentido mais profundo para compreensão dos dados evidenciados na análise da Epagri/CEPA.

Para atingir tais objetivos, organizaremos este artigo em três sessões. Em primeiro lugar, uma análise sobre o processo inicial de consolidação de uma agricultura em Santa Catarina. Buscaremos mostrar como, mesmo seguindo os mesmos ditames da nossa condição colonial original, não houve no estado a consolidação inicial do latifúndio de monocultura exportadora tal como ocorreu em larga medida no restante do Brasil. Na sequência, a segunda sessão tratará de evidenciar a especificidade da modernização conservadora nesta base agrícola anteriormente constituída, através da criação dos complexos agroindustriais e da forma como estes provocaram mudanças profundas no funcionamento do setor agrícola. Por fim, analisaremos os dados trazidos pelos censos do IBGE, buscando demonstrar a forma como o modelo agroindustrial capitalista incidiu na última década no sentido de aproximar Santa Catarina do modelo tradicional de agricultura no Brasil: o latifúndio agroexportador, porém, agora plenamente “modernizado”.

1. A FORMAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL EM SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina, tal como o Brasil, teve na agricultura o seu primeiro e principal elemento de integração ao sistema capitalista mercantil dos países europeus. Como colocado acertadamente por Caio Prado Júnior (2008), todos os acontecimentos do período do “descobrimento” do nosso território pelos portugueses e da estruturação do sistema colonial articulam-se em conjunto à história do comércio europeu. Desta forma, o setor agrícola e as relações sociais no campo cumpriram um papel fundamental na consolidação do capitalismo brasileiro, com a importância histórica da concentração

da terra, do trabalho escravo e da constituição de um modelo de monocultura agroexportadora.

A grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura; os dois elementos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lucrativos. [...]

Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. [...] A escravidão torna-se uma necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais na América. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 34)

Juntamente a isso e atrelado aos processos de elevação do preço internacional destes gêneros agrícolas, surgia já no Brasil colonial um conjunto de atividades acessórias que davam sustentação ao monocultivo exportador. Essas atividades são justamente aquelas que serviam para fornecer bens de subsistência à mão de obra escrava empregada na atividade principal dos diferentes ciclos econômicos brasileiros (açúcar, ouro, café, etc.). Podemos denominá-la de *economia de subsistência*, em oposição ao latifúndio exportador. Oposição que, apesar de ambas as atividades permanecerem umbilicalmente atreladas ao capital mercantil europeu, traz implicações em termos tanto das culturas produzidas quanto da mão de obra ocupada e do tamanho da terra utilizada (PRADO JÚNIOR, 2008).

Entretanto, o sul do Brasil e, mais especificamente, Santa Catarina, pouco serão afetados por esse modelo no início do processo de colonização. Apenas após a metade do século XVIII, após um longo período de disputa entre Portugal e Espanha por sua posse, o território meridional brasileiro será integrado economicamente ao modelo colonial constituído desde muito cedo no restante do país. Ao império português, após a vitória sobre o espanhol, era importante instaurar nessa região atividades econômicas regulares e integradas ao centro dinâmico da colônia. Por isso mesmo, a pecuária passou a ser a principal atividade dos imensos campos gaúchos, onde esta atividade era realizada com base em um modelo extensivo e de baixa produtividade, tipicamente adequando à economia colonial. Já em Santa Catarina, a ocupação portuguesa, majoritariamente açoriana, ocorreu apenas na região litorânea e orientada para a atividade agrícola em pequenas propriedades contando com o suporte da coroa de além-mar (PRADO JÚNIOR, 2008).

Já as fazendas de gado do Rio Grande do Sul, chamadas na região de *estâncias* e assentadas no latifúndio, especializaram-se na produção do couro e do charque, vendidos nos centros econômicos exportadores da colônia. Para levar os produtos do sul

até a região central, desenvolveram-se longas rotas comerciais onde tropas de mulas carregavam as mercadorias que seriam vendidas. Essa é a origem do *tropeirismo*, processo que integrou economicamente o planalto serrano catarinense à economia colonial e ao capitalismo mercantil europeu. Basicamente duas eram as rotas comerciais que ligavam o Rio Grande do Sul à importante feira de Sorocaba, em São Paulo. Uma saía de Viamão e passava pelos atuais municípios de Lages, Curitibanos e Porto União e outra saía de Cruz Alta e passava pelo Campo de Palmas (atualmente Chapecó e Palmas), sendo que ambas se encontravam em Castro, no Paraná, e seguiam até seu destino final.

Assim, a região de Lages integrou-se ao polo dinâmico da economia colonial, desenvolvendo, logo na sequência, um conjunto de frentes pastoris que seguiam até a região dos Campos de Palmas. Ali desenvolveu-se um modelo de produção semelhante ao do extremo sul do Brasil, orientado pela grande propriedade, com a presença de escravos nas atividades domésticas e com os caboclos constituindo a força de trabalho nas atividades com o gado. Assim, até o final do século XIX e início do XX, Lages seria a principal região econômica do estado, entrando em forte decadência no desenrolar do processo de industrialização que se aprofundaria a partir da década de 1930 (GOULARTI FILHO, 2007).

Desta forma, até o final do século XIX, Santa Catarina era demarcada por uma diferença de matriz produtiva entre o litoral açoriano e o planalto serrano. De um lado, o “sucesso econômico” da região de Lages e o poder oligárquico dos coronéis em sua relação com os caboclos vinculados à atividade pastoril. De outro lado, nos termos de Darcy Ribeiro (2013), um inevitável fracasso no plano econômico, onde os açorianos, lançados e ilhados em uma terra na qual desconheciam completamente e não encontrando qualquer mercado consumidor de relevo para vender seus produtos, acabavam por adotar um modo de vida mais indígena que açoriano, em um modelo de subsistência onde plantavam e comiam mandioca, milho, feijões e abóboras.

Segundo Goularti Filho (2007), é somente com a segunda leva de imigrantes que chegam ao sul do Brasil na segunda metade do século XIX que podemos falar de uma atividade agrícola mais diversificada e orientada para a troca mercantil. Contando com camponeses de origem italiana, novos produtos alimentícios como a banha, o queijo, a manteiga e o salame são introduzidos em regiões como o vale e o sul catarinense. Atividades estas praticadas também em pequenas propriedades que, além da própria subsistência, comercializavam o excedente produzido nas regiões urbanas próximas.

Entretanto, nessas regiões a produção de alimentos não se desenvolveria em sua plenitude até transformar-se em uma verdadeira indústria alimentícia. Tal fato ocorreria por conta do desenvolvimento de outras atividades industriais locais, que atrairiam para si os capitais que poderiam se alocar na produção de alimentos. No caso do Sul, as minas de carvão absorveriam e destruiriam terras que poderiam ser destinadas à agricultura e, no vale, a mão de obra disponível seria deslocada para as atividades fabris, especialmente na indústria têxtil.

Também segundo Goularti Filho (2007), será apenas com o modelo de colonização e produção de alimentos do oeste catarinense que o setor de alimentos encontraria outros rumos para além de uma mera atividade complementar. Definiu-se ali, por meio da consolidação de grandes empresas no setor, o próprio caminho da indústria alimentar catarinense e também brasileira. Nessa região, a colonização já se deu como o primeiro capítulo da expansão da fronteira agrícola nacional, que avançou desde o Rio Grande do Sul, ocupando no início do século XX as terras do oeste catarinense, depois subindo pelo cerrado brasileiro e, atualmente, defrontando-se com a floresta Amazônica. Nesse primeiro capítulo desenvolvido no oeste catarinense, a agricultura começou como uma atividade complementar à produção madeireira e da erva-mate – estas sim vinculadas aos grandes centros urbanos e à exportação. A produção de alimentos era praticada em pequenas propriedades ocupadas pela segunda e terceira geração de famílias de imigrantes originados da Europa que inicialmente haviam se instalado no Rio Grande do Sul.

Dada a integração da região a centros urbanos maiores por meio de ferrovias, a comercialização do excedente destas pequenas propriedades extrapolava o próprio oeste do estado, atingindo o mercado nacional e não apenas o local. Esta articulação com o mercado nacional traria impactos importantes ao setor a partir do forte processo de industrialização e urbanização que atingiu especialmente o estado de São Paulo desde o final do século XIX, mas que teria na década de 30 um salto expressivo. Desde esse período já surgiram casas comerciais que revendiam o alimento produzido no oeste para a região de São Paulo, capitais acumulados que mais tarde transformar-se-iam em moinhos e frigoríficos logo na sequência. “Já nos anos 1940, começaram a surgir os primeiros moinhos de trigo e processadores de suínos no Vale do Rio do Peixe, de proprietários locais que estavam comercialmente ligados ao mercado paulista” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 100).

Desta forma,

Era na esfera da circulação que residia a fonte maior de acumulação. A lógica era a do comerciante “comprar barato e vender caro”. Somente com a subordinação das pequenas propriedades ao sistema de integrados, com beneficiamento dos derivados de suínos e aves, com a nacionalização da economia regional e com a formação de um complexo que une a agricultura à indústria que o padrão metamorfoseia-se para o industrial. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 101).

Assim sendo, é no bojo destas transformações que já ocorriam no oeste de Santa Catarina nas décadas de 30 e 40, onde nasceriam empresas como Sadia, Perdigão, Seara e Chapecó, que se acumularam as profundas mudanças na produção de alimentos que seriam estimuladas a partir da década de 50 e, principalmente, nos anos 60 e 70.

2. A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA CATARINENSE

Segundo Wanderley (2011), o desenvolvimento agrário brasileiro no período colonial notabilizou-se por uma permanente expansão horizontal sobre a terra – onde os latifundiários expropriavam os povos que antes nela habitavam – e baixíssimos graus de capitalização destas atividades de exploração do solo. Mesmo que subordinada ao centro capitalista dos países europeus e podendo ser tratada como um ramo do capitalismo mundial, a agricultura em solo brasileiro não contava com relações de trabalho e produção tipicamente capitalistas. O excedente nela produzido por meio de relações de tipo escravistas era concentrado basicamente nas atividades comerciais urbanas, demonstrando mais uma vez o papel primordial do capital mercantil na apropriação da riqueza produzida. Desta forma, muito pouco era reaplicado na própria capitalização da atividade agrícola, implicando em níveis baixíssimos de produtividade. Por isso mesmo, Florestan Fernandes caracterizava o Brasil colonial como portador de uma “atrofia do padrão de desenvolvimento capitalista da economia agrária” (FERNANDES, 1973 *apud* WANDERLEY, 2011, p. 25).

A partir de 1930, no entanto, o país passou a viver uma nova fase, onde um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto da economia agroexportadora passou a se desenvolver. Tratou-se da emergência do processo de industrialização brasileiro, que deixou de realizar o ciclo da acumulação de capital unicamente no exterior e passou a criar um mercado interno consumidor para suas novas mercadorias produzidas. Os excedentes agrários que antes se destinavam exclusivamente à metrópole europeia, passaram assim a ser também destinados para o

próprio processo industrial das regiões urbanas, demonstrando o profundo vínculo do mundo rural com o conjunto da economia e da sociedade brasileira.

Desta forma, uma mudança profunda ocorria nas relações sociais de produção no país. A indústria crescia aceleradamente, expandindo a demanda por mercadorias produzidas no campo – desde bens para alimentar a crescente classe operária urbana até insumos para beneficiamento industrial. Entretanto, as relações tipicamente capitalistas ainda não haviam se implantado na atividade agrícola do país. Assim, sem alterar significativamente as relações sociais no campo, o modelo de expansão horizontal e baixa produtividade permanecia inalterado, tendo um claro limite estrutural na própria incapacidade de avançar sobre a fronteira agrícola brasileira. Essa é a contradição que Chico de Oliveira irá caracterizar como “problema agrário”, esse que irá se desenrolar durante todas as décadas posteriores aos anos 30 até a década de 60 (WANDERLEY, 2011).

Assim estavam em curso novos processos sociais que transformariam as relações agrícolas no Brasil e, com elas, consolidariam a própria sociedade urbano-industrial. A mudança definitiva se deu via Estado a partir do golpe militar de 1964, onde foram criadas instituições aptas para prestar assessoria técnica aos novos empresários rurais e também foi promulgado o Estatuto da Terra em 1964, estabelecendo as diretrizes do desenvolvimento rural do país. Criaram-se assim os instrumentos para a implementação da Política de Desenvolvimento Rural, destinando recursos abundantes para realizar a modernização da agricultura. Estes recursos, no entanto, foram fortemente direcionados para benefício dos grandes proprietários, visando manter inalterada a estrutura concentrada da terra, diferentemente do projeto de reforma agrária que também estava em disputa nos anos anteriores ao golpe de 1964.

Por um lado, o processo trouxe os resultados esperados no âmbito da consolidação de uma nova base técnica moderna – uso de tratores e colheitadeiras, beneficiamento genético das mudas e reprodutores, eletrificação rural, aprimoramento químico do solo, crédito rural e estímulo a comercialização e industrialização da produção, etc. – que sustentou a criação de um mercado de produtos agrícolas destinados ao consumo urbano e de insumos industriais orientados para as empresas agropecuárias. Por outro lado, no entanto, o processo foi fortemente seletivo e desigual, beneficiando determinadas regiões e culturas do país em detrimento de outras e

basicamente voltando-se para o interesse das grandes empresas agrícolas (WANDELEY, 2011).

Com base nesse processo é que nascem os complexos agroindustriais (CAIs) brasileiros, com a conseqüente emergência do capital financeiro como principal articulador desses novos mercados rurais. Esta modernização conservadora que cria os CAIs, no entanto, não surge em contraposição ao poder das oligarquias rurais tradicionais do Brasil colonial, mas sim absorvendo-as e preservando seu poder político baseado na propriedade da terra. Por isso mesmo seu adjetivo de “conservadora”, já que ela conserva a herança colonial ao mesmo tempo em que moderniza os processos de produção. Tal como colocado por Delgado (1985 *apud* WANDERLEY, 2011, p. 34), “o elemento conservador agrário, expresso pela grande propriedade e pelo capital comercial das regiões mais atrasadas, associa-se a política financeira e fiscal do Estado”.

Este também foi o processo da agricultura catarinense, porém, pela especificidade da pequena propriedade e da diversificação da atividade agrícola do oeste catarinense, o estado cumpriria um papel de vanguarda na modernização conservadora da agricultura brasileira voltada para a produção de alimentos como um todo. Segundo Goularti Filho (2007), já desde 1955, com a industrialização pesada da economia brasileira, foram criados diversos centros estatais de pesquisas básicas, um complexo petroquímico ligado à Petrobras e uma política nacional de crédito rural de nível nacional. Essa política de estímulo encontrou no oeste catarinense empresas agropecuárias que, como visto anteriormente, já tinham se estruturado desde a década de 40. Desta forma, essas empresas acabaram atraindo para si a política do estado e também foram beneficiadas pela expansão dos mercados urbanos para seus produtos. Com isso, construíram ou adquiriram unidades agroindustriais em outros estados e exportaram o modelo para todo o Brasil, processo que apenas se amplificaria e consolidaria nos anos 60 e 70.

No setor especificamente da carne foi onde primeiro se desenvolveu com força o modelo dos CAIs. Santa Catarina contava com cerca de 16 frigoríficos em meados dos anos 70, sendo cinco de grande porte e os demais de pequeno e médio porte. Estes frigoríficos, por sua vez, passaram a subordinar, progressivamente, praticamente toda a cadeia dos pequenos produtores agrícolas no desenrolar das décadas. O modelo, entretanto, não se restringiu ao setor da carne. Também a produção de grãos passou pelo mesmo processo, especialmente a partir da fusão de diversas cooperativas de estoque de

grãos nos anos 70 e a consolidação de grandes empresas também nesse setor. Aqui também as grandes empresas passavam a subordinar a pequena propriedade produtora ao modelo dos integrados, com mais vigor nas culturas do milho e da soja. Diferente foi apenas a consolidação dos CAIs no setor de papel e celulose, onde a sua instalação no planalto serrano encontrou desde o início o modelo de grandes propriedades daquela região, herdeiro das atividades pastoris do início do século.

Pegando o caso específico da produção de carne como explicativo desse processo de subordinação da pequena propriedade ao capital dos CAIs, é possível notar mudanças no que tange a situação do produtor agrícola integrado ao modelo. Se até os anos 60 as pequenas propriedades apenas forneciam suínos e aves às empresas agropecuárias, a partir daí, como parte do processo de modernização conservadora impulsionada pelo fomento estatal às grandes empresas, aumentou o grau de dominação destas últimas sobre os primeiros. No início, o pequeno produtor tinha mais autonomia e seu grau de diversificação produtiva era maior, com a coexistência de diversas atividades agrícolas no mesmo estabelecimento agropecuário. Depois, dentro do sistema de integração, as empresas passaram a firmar contratos com os agricultores onde elas forneciam os leitõezinhos e pintinhos, davam assistência técnica para a criação e revendiam a ração utilizada para acelerar o processo de crescimento dos animais para o abate, ficando por conta do integrado cumprir com os prazos e o volume de produção determinados pelas grandes empresas. Não se abdicou do pequeno agricultor no processo, mas alterou-se qualitativamente a sua relação com a grande indústria.

Desta forma, “o grande capital subordina crescentemente a pequena produção, sem, no entanto, prescindir desta forma de produção, tendo nela sua última determinação” (CAMPOS, 1987 *apud* GOULARTI FILHO, 2007, p. 288). O que, nas palavras de Goularti Filho (2007), configurou-se em uma nova relação de “aprisionamento” do pequeno agricultor às rígidas regras definidas pelo grande capital. Com isso, a pequena produção passou a se mercantilizar na sua integralidade, minimizando suas relações internas de subsistência e ampliando sua dependência do âmbito externo de realização da produção, onde os grandes frigoríficos são o polo dominante (GOULARTI FILHO, 2007).

No primeiro momento de consolidação do modelo, nas décadas de 60 e 70, notou-se um aumento significativo do número de pequenos agricultores integrados ao sistema dos CAIs. No caso dos avicultores, por exemplo, de apenas 134 produtores

integrados em 1970, o número saltou para 1.130 em 1979 (CEAG/SC, 1979 *apud* GOULARTI FILHO, 2007). Fato esse que mudou significativamente a partir dos anos 80 e, especialmente, depois dos anos 90. A partir daí, as próprias empresas agroindustriais, acompanhando o que ocorria na reestruturação produtiva da indústria brasileira como um todo, passaram por um processo de concentração de capital em favor das cinco maiores marcas consolidadas no mercado nacional de alimentos. Segundo dados do Instituto Cepa disponíveis em Goularti Filho (2007, p. 440), em 1968, os quatro maiores frigoríficos do estado eram responsáveis por 66,6% do abate de suínos, por exemplo, número que aumentou para 70,5% em 1978 e gigantescos 90,8% em 1984.

Assim, consolidaram-se definitivamente os monopólios da agroindústria catarinense, que, nesse momento, também eram monopólios de escala nacional via aquisição de vários frigoríficos e unidades de armazenamento de grãos em todo o restante do país. Esse cenário, já consolidado nos anos 80, passaria pelo processo de reestruturação patrimonial dos anos 90. Nessa nova década, a desnacionalização da propriedade destas empresas seria a tônica. Beneficiadas pela sobrevalorização cambial e pela nova facilidade de entrada de capitais externos (processos impulsionados pelo Plano Real a partir de 1994), as multinacionais do setor alimentício passaram a adquirir parcelas ou até mesmo a totalidade do controle das grandes empresas antes completamente nacionais (GOULARTI FILHO, 2007).

Com isso, diante desse novo impulso de capitalização, também a relação com a pequena propriedade integrada ao modelo dos CAIs sofreria alterações. Em 1990, as quatro maiores empresas do setor (Aurora, Sadia, Perdigão e Chapecó) tinham um total nacional de 36.050 produtores de aves e suínos integrados, sendo que esse passou para 22.198 em 1999, com queda de 38,4% em apenas uma década. Se até o início dos anos 90 o número de integrados aumentou constantemente, a partir dessa década a curva se inverteu. Como contrapartida, no entanto, não houve queda na produção, pelo contrário, o volume de aves e suínos produzidos permaneceu em expansão. Assim sendo, o ganho de produtividade por unidade de integrados foi o dado explicativo desse processo, sendo que, na cadeia de produtores vinculados a Aurora, por exemplo, o ganho na década foi de 6,5 matrizes por propriedade para 14,34.

O que ocorria era que

[...] as novas exigências impostas pelos frigoríficos, como ganho de escala, novos sistemas de iluminação e ventilação e salas para as matrizes melhor

adaptadas, além da estratégia de trabalharem com integrados que ficaram dentro de um raio de abrangência mais próximo da empresa, o número de suinocultores teve uma queda considerável.

[...] No setor de avicultura, ocorreu o mesmo processo de modernização, mas o número de integrados não reduziu. Os aviários foram modernizados com a introdução de novos bebedouros e comedouros, ventilação, aquecimento, iluminação e cama de forração, além de novos promotores de crescimento, antibióticos e para aumentar a escala de produção dos aviários, o lote de pintinhos de um dia passou de 12.000 para 13, 14 e até 15.000. O tempo de abate foi sendo paulatinamente reduzido, passando de 70 dias, em 1950, para 49, em 1970 e, atualmente, dada a quantidade de hormônios e aceleradores de crescimento, o que tem um efeito maléfico para a saúde do animal e humana, estão abatendo frangos com até 35 dias e alguns, que são destinados à exportação, chegam a 25 dias. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 333)

Este modelo subordinado ao capital multinacional, no entanto, não se restringe à produção de aves e suínos, todos os demais setores vinculados à produção de alimentos sofreram seu impacto, guardadas suas especificidades. No setor de grãos, por exemplo, a venda da Ceval-Seara em 1997 para o Grupo Bunge Internacional também aprofundou o modelo de monocultivo da soja dentre os agricultores integrados, fato que teria explosão a partir de 2005 com a elevação expressiva do preço desse produto no mercado internacional. Por fim, consolidado esse modelo de plena integração da pequena propriedade da terra no final dos anos 90, resta agora investigar os seus efeitos mais recentes nos anos 2000 em diante, do qual faremos uso das informações dos censos agropecuários compilados pela Epagri/CEPA.

3. A EVOLUÇÃO RECENTE DA ESTRUTURA DA AGRICULTURA CATARINENSE

A análise dos dados do censo agropecuário de 2017 e sua comparação com décadas anteriores, realizada pela Epagri/CEPA (2018), nos permite avaliar qual o desdobramento do modelo agropecuário catarinense diante do aprofundamento deste processo histórico de subordinação da pequena propriedade ao capital multinacional através dos CAIs. O censo levantou um total de 183.065 estabelecimentos agropecuários no estado, onde são criados diretamente 500 mil postos de trabalho e onde residem 149.799 famílias (33.183 proprietários não residem na terra).

Primeiramente, é possível notar que o processo iniciado nos anos 90 de redução dos agricultores integrados ao modelo dos CAIs permaneceu em marcha no século XXI. Isso pode ser percebido em duas variáveis importantes: a redução gradativa do número de estabelecimentos agropecuários nos últimos 30 anos e a perda de importância da comercialização da produção para uma parcela expressiva dos estabelecimentos que permanecem. Se em 1985 o estado atingiu o auge em número de estabelecimentos

(234.973), a queda foi permanente nas décadas seguintes, atingindo o patamar de 183.065 estabelecimentos em 2017 após os 193.663 em 2006.

Juntamente a isso e corroborando a hipótese de que há uma continuidade do processo de diminuição dos agricultores integrados ao modelo agroindustrial, o segundo ponto anunciado acima revela que para 74.781 estabelecimentos as atividades desenvolvidas na terra não são mais a sua principal fonte de renda. Aqui ganha relevância o peso dos recursos advindos de aposentadorias e pensões, onde 82.353 estabelecimentos recebem estes recursos enquanto que em 2006 apenas 47.003 recebiam, e também rendas obtidas em outras atividades que não a rural, certamente com grande peso do emprego urbano, onde 42.899 estabelecimentos têm essa característica em 2017 em comparação com apenas 25.418 em 2006.

Se considerarmos que o agricultor integrado é aquele que tem sua produção mercantilizada e submetida aos critérios técnicos da grande indústria multinacional, o número de propriedades rurais que já não tem aí a principal atividade é indicativo que o processo de redução de produtores continuou em curso acelerado nas últimas décadas. A hipótese é mais uma vez corroborada quando, na mesma análise da Epagri/CEPA, são demonstrados que o número de avicultores em Santa Catarina que destinaram frango para abate em estabelecimentos inspecionados, por exemplo, caiu 10,96% entre 2003 e 2017, de 7.507 avicultores para 6.685. Já os agricultores que produzem galinha para subsistência, segundo dados da Cidasc em 2017, atingiram um total de 64,2 mil estabelecimentos. Se considerarmos que a análise da Epagri/CEPA demonstra que esse processo ocorreu uniformemente nas demais culturas produtivas do estado, temos a evidência que a centralização da atividade integrada em menos estabelecimentos têm, de alguma maneira, reeditado a agricultura de subsistência naqueles estabelecimentos que provavelmente não têm condições de atingir os critérios dos CAIs.

Provavelmente essa concentração acelerada dos integrados, tal qual em décadas anteriores, foi subproduto da nova etapa de centralização do grande capital nas empresas do setor. Não podemos descartar os processos de fusões e aquisições estimulados pelo Estado brasileiro desde 2008, quando empresas como Sadia e Perdigão fundiram-se formando o grande monopólio multinacional da Brasil Foods. Processo que pode ser estendido para a criação da J&S, InBev e outras gigantes do setor alimentício global que ampliaram seu domínio dos mercados agrícolas justamente após a onda de fusões e aquisições registradas como saída do capital para sua grande crise de 2008.

Como colocado por Marx (2008, p. 311), a capacidade das empresas capitalistas rebaixarem o preço dos elementos do capital constante é uma das importantes contra-tendências para a saída de suas crises periódicas. Considerando que os produtores integrados são basicamente fornecedores de insumos para a grande indústria, ou seja, de elementos do capital constante, não é de se admirar que a centralização de capital no âmbito da ampliação dos monopólios ampliou o poder de barganha das agroindústrias sobre os produtores, rebaixando preços e ampliando as exigências de produtividade sobre os agricultores. Isso ocasiona um claro processo de seleção produtiva entre aqueles mais aptos economicamente para manterem-se dentro do modelo de integração e, de outro lado, afasta outra parcela para a retomada da agricultura de subsistência, a dependência de receitas previdenciárias, o emprego urbano ou, no limite, a perda da própria propriedade da terra.

Isso fica mais claro quando averiguamos que os dados do censo demonstram uma ampliação da área média dos estabelecimentos agropecuários em Santa Catarina, que passou de 31,2 hectares em 2006 para 35,2 em 2017. Esse é o maior índice de concentração da terra desde o início da série histórica em 1970, demonstrando o grau de continuidade deste processo de gradativa concentração da propriedade trazida pelos CAIs e pela modernização conservadora. A própria ocupação das terras diminuiu em Santa Catarina como resultado desse processo de seletividade produtiva, onde de um total de 7,025 milhões de hectares ocupados em 1970, atingimos o auge da ocupação em 1980 com 7,473 milhões e mais recentemente em 2017 caímos para o menor patamar histórico: 6,446 milhões de hectares.

Isso aparece novamente quando analisamos a queda também gradativa dos estabelecimentos com menos de 50 hectares. A área sob seu domínio passou de 2,850 milhões de hectares em 1975 para 2,355 milhões em 2017. No polo oposto, o número de estabelecimentos com mais de 100 hectares praticamente não se modificou, entretanto, a terra concentrou-se, certamente por aquisição e incorporação de novas propriedades. Em 1975 as propriedades desse perfil ocupavam 3,047 milhões de hectares no estado, sendo que o número recente é de 8.473 estabelecimentos ocupando 3,323 milhões de hectares.

O impacto dessa seletividade em torno dos integrados aos CAIs também aparece na perda de diversidade das culturas agropecuárias produzidas. No que tange os grãos, há uma redução importante do volume de áreas dedicadas às lavouras desde 1985, sendo substituídas pelas matas plantadas – certamente direcionadas para a indústria

multinacional do papel e da celulose. Para as lavouras que permanecem, também há um claro direcionamento das terras para o cultivo da soja, essa que se apresentou nas últimas décadas como o principal produto brasileiro de exportação. De outro lado, retraíram-se o volume de terras dedicadas ao cultivo do milho e do feijão.

No caso do milho, a análise da Epagri/CEPA associa a queda do plantio à substituição direta pela soja e o milho silagem e também pela ampliação da compra direta de ração das agroindústrias, em detrimento da ração produzida nas próprias propriedades produtoras de aves e suínos. Ou seja, também aqui aparece um efeito do domínio da agropecuária catarinense pelo capital multinacional da agroindústria. Do mesmo modo se reduziram o plantio de outras lavouras de menor relevância, como a mandioca e o fumo, tudo isso em benefício basicamente da soja.

O resultado da consolidação e aprofundamento do modelo capitalista multinacional dos CAIs também pode ser notado na queda vertiginosa no número de pequenas agroindústrias familiares. Os estabelecimentos agropecuários que realizam atividades de processamento de alimentos tiveram redução forte entre 1995 e 2017. Os dados dos censos demonstram que a queda foi de 459 mil produtores para apenas 96 mil. Diminuição que está associada a:

[...] mudanças na estrutura da produção pecuária (diminuição do número de produtores de suínos, por exemplo), na implementação de padrões mais rígidos para abate de animais e processamento de seus produtos via legislação sanitária e na mudança do perfil das famílias (diminuição do tamanho e da mão de obra no meio rural), entre outras causas (Epagri/CEPA, 2018, p. 16).

Por fim, a despeito do ganho de produtividade evidente que a continuidade da modernização conservadora da agropecuária catarinense trouxe para todas as culturas que permaneceram, o impacto na geração de emprego é absolutamente negativo. Se, novamente, em 1985 o setor atingiu o auge na contratação de força de trabalho para além dos agricultores residentes na terra, com 887,3 mil pessoas contratadas nos estabelecimentos agropecuários, associados fortemente às lavouras anuais (feijão, milho, soja e trigo) e à suinocultura de pequena escala predominante no período, esse número caiu gradativamente para seu menor patamar em 2017: apenas 327,8 mil postos de trabalho. Ou seja, a queda dos empregos no setor agropecuário catarinense, em apenas três décadas, foi de mais de 450 mil postos ocupacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação e o aprofundamento da subordinação da propriedade rural catarinense aos complexos agroindustriais é a faceta estadual da modernização conservadora da agropecuária brasileira. Se a especificidade histórica do nosso estado, em comparação com a maior parte do país, era a preponderância da pequena propriedade da terra e o atendimento dos mercados consumidores internos, as últimas três décadas tem aproximado Santa Catarina do sentido original da colonização brasileira: a concentração da propriedade e a vinculação com os mercados externos.

Essa aproximação, como contrapartida, vem gradativamente minando o modelo de pequena propriedade de nosso estado, sem, no entanto, destruí-lo por completo. Por mais que uma parcela significativa dos agricultores familiares não consiga mais incorporar-se ao modelo mercantil de integração aos CAIs, ainda permanecem fixados ao campo, porém, em situação de vulnerabilidade estrutural que pode ser agravada seriamente nos próximos anos.

Vulnerabilidade que pode ser notada no peso significativo das receitas previdenciárias e do emprego urbano na composição da renda desses estabelecimentos, que, muitas vezes, têm a agricultura de subsistência como apenas uma maneira complementar de garantir a existência no campo, e não sua atividade principal. Por isso mesmo, a vulnerabilidade torna-se estrutural, já que a manutenção da propriedade da terra fica ameaçada diante de dois processos que ocorrem em paralelo no capitalismo brasileiro da atualidade. Por um lado, o desemprego estrutural que atinge o mercado de trabalho urbano desde 2014 e as contrarreformas que vêm sendo implementadas desde 2015 e que restringem significativamente o acesso de amplos setores sociais, incluindo a agricultura familiar, a receitas como a previdência social. De outro lado, um novo ciclo de centralização de capital e de monopolização no âmbito das agroindústrias, que aportam um novo volume de capitais internacionais que buscam margens de lucros ainda mais suculentas através da redução dos preços dos insumos comprados dos produtores agropecuários.

Assim sendo, os sinais que se apresentam para a pequena propriedade familiar em Santa Catarina não são animadores, isso do ponto de vista da manutenção de uma estrutura da terra mais democrática e que implique em menos problemas sociais associados à concentração da propriedade rural e expulsão de residentes nas regiões agrícolas para as cidades. O cenário que encontramos nesse limiar entre a década de 10

e 20 do século XXI parece reeditar elementos que encontrávamos na virada entre a década de 80 e 90 do século passado. Uma nova onda de reestruturação das relações sociais no Brasil, atingindo também a atividade agropecuária e sempre atendendo ao sentido original de nossa sociedade, ainda vinculado à nossa particularidade nacional estruturada no período colonial. Desta forma, esse sentido original aparece como a chave para entendermos o momento em que vivemos. Achar saídas para esse diagnóstico, na nossa avaliação, é a grande temática que deve orientar os estudos da sociologia rural brasileira na próxima década de nossa história, buscando novos caminhos que necessariamente impliquem na criação de um novo modelo de produção que supere a dependência do capital multinacional e sua modernização conservadora.

REFERÊNCIAS

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 3: o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PADRO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTA CATARINA, Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina**: 2017-2018. Santa Catarina, 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

Recebido em 12 de maio de 2020 e aceito em 30 de junho de 2020.